



O MILITAR E A POLÍTICA NA REPÚBLICA

Ivan Cosme de Oliveira Pinheiro

Neste artigo, extraído de monografia apresentada como exigência curricular para ser diplomado pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, o autor analisa, a partir das origens da nossa centenária República, o elo permanente que liga o militar à vida política nacional.

INTRODUÇÃO

Falar da história republicana, sem vislumbrar a presença militar, é tarefa impossível.

A presença das Forças Armadas na historiografia política da República é constante e se mostra desde o lançamento da semente, em meados do século passado, até os dias atuais, quando assoma adulta na democracia brasileira.

O processo foi longo, denso e volumoso. A caminhada, plena de nuances políticas, por vezes trilhou sendas diversas da almejada, mas a todo instante a farda, o soldado-cidadão, esteve presente. E por quê?

Poderíamos estabelecer a in-

vestigação de cada passo, ou mesmo aprofundar-nos neste ou naquele episódio, que são muitos. A ponderação longa indicou-nos a luz brilhante da importância da Proclamação da República, evento primeiro do processo. Nela reside o início do envolvimento militar na vida política nacional.

Visa, pois, o presente trabalho a analisar a participação global dos militares nos acontecimentos daquele já centenário 15 de Novembro. Objetiva, mais ainda, dar forma à origem para riscar o traço nítido de seus reflexos ao longo da cronologia republicana.

Buscando um pouco antes as causas em abordagem que nos pa-

receu necessária e real, lançamo-nos à pesquisa da verdade revolucionária de 1889, através de depoimentos deixados por quem viveu os fatos, documentos originais de nossos museus, arquivos e bibliotecas, e ainda legados de historiadores idôneos, que nos permitissem refletir sobre as influências, boas e más, daqueles dias para a vida da Nação.

Em síntese, procuramos estabelecer, a partir das origens da nossa república, o elo permanente que liga os militares à vida política brasileira.

POR QUE TARDOU A REPÚBLICA?

No Brasil, a república proclamada a 15 de novembro de 1889 já se havia manifestado em momentos outros de nossa história, como na Conjuração Mineira.

Este evento caracterizou-se como um movimento das elites das Minas Gerais que pretendiam instaurar a república com capital em São João Del Rei.

Os conjurados eram influenciados pelas idéias iluministas do século XVIII. A chama republicana seria encontrada também na Conjuração Baiana (ou Revolta dos Alfaiares), porém com menor intensidade, face a ter sido um movimento de origem humilde.

Por que nós ficamos sendo monarquia na ocasião da Independência?

Uma burocracia aqui se estabeleceu com a transmigração da

corte de D. João para o Brasil, e com sua permanência adquiriu privilégios. Estes interesses burocráticos, ao se aproximar a emancipação brasileira, vislumbrada através de fortes indícios, levaram os privilegiados do regime instituído a defender uma situação tal que não os arredasse desta posição. As célebres palavras de D. João VI a seu filho D. Pedro, acerca da possível separação do Brasil, denotavam os interesses portugueses que deveriam prosseguir existindo, ligados e defendidos pela relação pai-filho. Estas palavras, plenas de conteúdo, também indicavam a D. Pedro a opção monárquica, ao invés da republicana que dominava na América.

Como era de se esperar, apoiado pelo Partido Brasileiro de José Bonifácio de Andrada e Silva, D. Pedro fez a Independência do Brasil e, através da Carta outorgada em 1824, ficou estabelecido o regime monárquico representativo.

Evitava-se um salto político brusco, unindo-se preceitos conservadores com o liberalismo. Se os demais países americanos obtiveram a república junto com sua emancipação política, nenhum fora, como o Brasil, reino unido à sua antiga metrópole.

Em Pernambuco, o ano de 1824 trouxe nova revolução, a Confederação do Equador, em verdade uma extensão da insurreição de 1817. Seria ela uma república a se implantar no Nordeste.

Se nas primeiras décadas do Império ele esteve, realmente, amea-

çado politicamente, foi a partir da abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, em favor de seu filho menor, D. Pedro de Alcântara.

Tendo o Brasil a necessidade legal de ser governado por regentes, mergulhou, em consequência, na chamada "experiência republicana" (1831-1840).

Dizia a Constituição de 1824 que, naquela situação, o poder moderador deveria ser exercido por uma regência trina eleita pelo legislativo. Para cumprir esse dispositivo tivemos as regências trinas provisória e permanente. Entretanto, acatando interesses dos liberais, surgiu o Ato Adicional de 1834, estabelecendo-se como norma a eleição de um único regente. Estava, pois, o Brasil, diante de práticas eminentemente republicanas, com a eleição do seu chefe de estado, o regente.

Por que então não se tornava o Brasil uma república?

O período regencial aproximou-nos bastante da república, no entanto, ainda em 1834, os interesses burocráticos, que levaram o país à monarquia, predominavam. Os proprietários de terras e de escravos da região sudeste estavam ainda vinculados à burocracia imperial e eram econômica e socialmente dominantes. A mesma região sudeste, que quisera a monarquia em 1822 e que, em 1831 e 1834, freou a possibilidade de nos tornarmos republicanos. Explica-se então por que nem a Sabinada na Bahia, nem a Revolução Farroupilha, ambas com

ideais republicanos, lograram sucesso.

A "experiência republicana" terminou com o Golpe da Maioridade de D. Pedro II em 1840, que assumiu o poder moderador e afastou a possibilidade de adoção de outra forma de governo. Iria preponderar, de uma vez por todas, a cafeicultura do Vale do Paraíba, que depois se lançaria rumo ao Novo Oeste Paulista (Itu, Campinas, Sorocaba, Jundiaí etc).

Obviamente, só quando os interesses econômicos do Sudeste cafeicultor fossem feridos, pensar-se-ia em mudar o regime.

A Revolução Farroupilha, que, apesar do nome, foi levada a efeito por ricos produtores de charque, não teve êxito justamente por estar no centro do poder no Sudeste. Até mesmo o progresso industrial, intentado por Mauá na segunda metade do século XIX, iria ser obstaculizado por esse mesmo segmento econômico-social, temeroso de possíveis prejuízos advindos da desconhecida industrialização.

O que mudou no Brasil para que adviesse a República?

Foi uma evolução relativamente lenta e lógica, onde os interesses econômicos nortearam os políticos.

Vivia a Nação, na segunda metade do século passado, o apogeu do Império, onde era exercido o "parlamentarismo às avessas". Neste, diferentemente do clássico, o Imperador escolhia o Conselheiro¹

1. Espécie de primeiro-ministro.

que, forte e centralizador, controlava as eleições para o legislativo. Estas, via de regra, eram repletas de fraudes e censitárias.² Não existia, no Brasil, democracia, e sim liberalismo político. Naquela há o sufrágio universal; neste o voto dos proprietários.

A inexistência de democracia foi a bandeira maior usada pela propaganda republicana.

A monarquia começou a sofrer choques com a Guerra do Paraguai (1864-1870), sendo, com o término desta, localizado o início do ocaso.

Por quê?

Os oficiais que lutaram nessa guerra travaram contato com o regime republicano dos países vizinhos. Muito embora este fato não seja a essência do processo, nele influiria. O fundamental é o surgimento formal da idéia de república no Brasil através do Manifesto Republicano de 1870, redigido pelo paulista Quintino Bocaiúva.

A quem interessaria a república?

Os imediatos interessados eram os "barões do café" do Novo Oeste Paulista, pois dominava entre eles o ideal federalista, que daria autonomia à província de São Paulo, livrando-os da monarquia unitarista. São Paulo tinha o poder econômico e queria, agora, o poder político.

É na mesma época que começa a desmoronar, lentamente, o regime escravocrata.

2. Somente os proprietários (de terra e escravos) votavam.

Em 1871, surge a lei do Ventre Livre, que buscava, em verdade, apenas retardar a abolição. A escravidão era a base econômica da monarquia e, no momento em que a escravidão entrou em decadência, o Império começou a claudicar.

Quando, em 1888, finalmente a lei Áurea aboliu a escravidão, deu também fim ao Império. Cita-se o diálogo entre a princesa Isabel e o barão do Cotelipe em que S.A. lhe pergunta: "Então, Barão, consegui, ou não, abolir a escravidão?", ao que ele responde: "A Sr.^a conseguiu, mas por causa disto vai perder a Coroa".

A junção de dois eventos, quais sejam a promulgação da lei Eusébio de Queirós (1850), abolindo o tráfico negreiro, e as guerras da unificação alemã e italiana, teria proporcionado o surgimento, no Brasil, mais precisamente no Oeste Paulista, do trabalho remunerado do imigrante, que se mostraria muito mais produtivo que o escravo. Esse efeito atuaria sensivelmente na motivação dos "barões do café".

Podemos inferir que, bem antes da Lei Áurea, a escravidão já não atendia aos interesses de quem detinha o poder econômico nacional — o Oeste Paulista, exportador de café. Por outro lado, a abolição irritaria um outro segmento importante — o do Vale do Paraíba, carente da mão-de-obra negra.

O Exército brasileiro, por seu lado, já havia, por vezes, demonstrado seu sentimento abolicionista, como na homenagem prestada pe-

lo tenente-coronel Sena Madureira, então comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, ao jangadeiro cearense Francisco Nascimento, abolicionista como ele. Foi demonstrado ainda pela recusa dos oficiais em perseguir negros foragidos, por não se considerarem "capitães-do-mato".

A campanha republicana foi uma extensão da abolicionista, e ne-la encontram-se verdadeiras incoerências, em função dos interesses existentes. É o caso, por exemplo, da caminhada republicana, ombro a ombro, realizada por "barões do café" do Vale do Paraíba e oficiais do Exército. Os primeiros foram escravocratas convictos até 1888, enquanto que os militares, desde muito, abolicionistas. Unia-os a oposição ao Império que desmoronava.

A proclamação da república em 15 de novembro de 1889 foi uma coligação de forças entre a Igreja, atingida pela chamada Questão Religiosa, os proprietários de terra, feridos pela Abolição da Escravatura e o Exército, ofendido ao longo da Questão Militar. Enquanto a Igreja e os grandes proprietários atuavam no campo psicossocial e econômico respectivamente, o Exército era a instrumentalização dos interesses dos três. Todos sabiam que somente através da força militar poderia haver uma mudança abrupta do regime.

No dizer do general Olympio Mourão Filho, a República é fruto de uma gota militar. (MOURÃO FILHO — 1978, 17)

PROPAGANDA REPUBLICANA

Ao final da década de sessenta do século XIX, avultava no cenário político do Império uma nova corrente. Sua feição era nitidamente republicana e seu caudal iria se formar nos quadros do Partido Liberal.

O panorama político internacional favorecia grandemente o germinar fecundo das idéias republicanas em solo brasileiro.

No México, o ano de 1867 trouxe o fim do império de Maximiliano, primo de D. Pedro II, que outrora se havia destacado, ao reconhecer aquele como legítimo governante asteca. Esta queda parecia reafirmar a destinação republicana dos povos americanos.

Na França, Napoleão III cedeu ao ressurgimento da república, então sob a tutela de Gambetta e Thiers. Na vizinha Espanha, Emílio Castelar levantou a bandeira abolicionista para as colônias americanas e agitou a consciência republicana.

E o Brasil? Era, por assim dizer, uma ilha monárquica no imenso oceano republicano das Américas.

Nossa vida política era exercida dentro de monótona sucessão de gabinetes, ora conservadores, ora liberais, trocados ao sabor das circunstâncias ou da vontade imperial. Talvez desiludidos desta rotina sem horizontes, talvez movidos pelas influências dos governos lindeiros, talvez impulsionados mesmo, por

desejos aventureiros ou menos nobres, alguns liberais se uniram na busca da solução republicana.

Saldanha Marinho junta-se a Quintino Bocaiúva e a Salvador de Mendonça³ e conseguem arregimentar um considerável número de ex-deputados e ex-presidentes de províncias para sua causa.

Há que se fazer neste ponto uma consideração sobre o íntimo do Partido Liberal, para se entender o significado de república para os seus primeiros seguidores.

Em 1869, os filiados do Partido Liberal lançaram um manifesto com o lema “Reforma ou Revolução”. Era a tentativa de soerguimento dos liberais, pois estavam desde muito afastados do poder e ameaçados de muito ainda, assim, permanecer. Já algumas vezes haviam apelado até mesmo para o uso da violência, como nas revoluções de São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco, porém fracassaram.

Após a autocrítica de sua situação, optaram pela bandeira da federação. Queriam agora a emancipação política (sic) das províncias e a reforma eleitoral.

Seria, justamente, este objetivo que iria catalisar os esforços de liberais e republicanos contra o predomínio conservador. “Os liberais queriam reduzir o imperador a uma figura decorativa — “o rei reina, mas não governa”. Os republicanos achavam melhor suprimi-lo”. (MAGALHÃES JUNIOR — 1957, 127)

Os membros do chamado Clube Republicano sentiram a necessidade de criar um órgão de imprensa para desenvolverem o importante trabalho de proselitismo republicano. Surgiu, então, o trissemanário *A República*, que no seu primeiro número, a 3 de dezembro de 1870, lançava o famoso Manifesto do Partido Republicano.

O que veio a ser este documento tão importante na vida política e histórica deste país?

“O manifesto de 1870 é um documento sem vibração emocional” (BELLO — 1976, 10-11). A histórica publicação deita crítica violenta e candente sobre o regime monárquico. O interessante é que se vale de pronunciamentos de políticos monarquistas como Eusébio de Queirós, Francisco Otaviano, Cotelipe, Joaquim Manuel de Mamede e outros.

O documento denuncia a morte política dos liberais e conservadores, a fraqueza política e administrativa das províncias, enfim a falência do Império. Ao mesmo tempo realça a importância de se convocar uma Assembléia Constituinte, que seria a natural instauradora do novo regime.

O manifesto estampa o fulcro de todo o movimento: a federação. Era um documento federativo, antes que republicano. Queria a “independência (sic) reciproca das províncias (...), unicamente ligados [os estados] pelos vínculos da mesma nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses da represen-

3. Depois se desligaria do movimento favorecido por benesses imperiais.

tação e da defesa exterior".

Carece que se vejam algumas facetas negligenciadas por tão "anacrônico" manifesto. Quer-nos parecer que, em face da necessária procura de todo e qualquer apoio, deliberadamente foi evitado o problema abolicionista. Foi, talvez, falta de visão política não vislumbrar quão intrínseca era a relação abolição — queda da monarquia — república. Nota-se também que este verdadeiro libelo do Império não tentou estudar os problemas sócio-econômicos que assolavam o Brasil e que, na sua essência, eram a alavanca desejada para a mudança de regime.

Temos que destacar uma frase que, pelo seu espírito de síntese e vaticínio, caracteriza o documento: "Somos da América e queremos ser americanos."

O caminhar da propaganda era lento e até mesmo protegido pela sombra abolicionista.

O Clube Republicano desenvolvia um programa de conferências doutrinárias, principalmente através de Quintino Bocaiúva, Freitas Coutinho e Miguel Vieira Ferreira. Em verdade, o grande veículo foi "A República", com seu modo irreverente, que falou fundo aos leitores.

"O primeiro resultado concreto do Manifesto de 70 é a organização, em bases de disciplina, do Partido Republicano de São Paulo, com suas convenções de 1873, em Itu, e na capital da província". (BELLO — 1976, 18)

É ele ainda que relembra que naquela ocasião os paulistas republicanos já não mais ignoravam o problema escravagista e apresentavam as perspectivas do trabalho livre desenvolver-se, posto que houvesse ainda muita moderação nas suas postulações.

Crescia o Partido Republicano, desenvolvia-se a propaganda da nova ideologia.⁴

Vamos citar parte da crítica em resposta à fala do trono, proferida por um desafeto republicano, o senador Zacarias de Góis e Vasconcelos:

"O Partido Republicano do Brasil, fazendo a propaganda de suas doutrinas e apregoando as suas convicções sinceras, exerce um direito e, desde que não ataca a ordem pública, está no caso de ser respeitado. O Partido Republicano surgiu em nosso país, justamente num momento em que a degeneração do sistema representativo chegava ao seu auge. É uma consequência lógica da deturpação da nossa forma de governo e filho, portanto, dos abusos da monarquia."⁵

O proselitismo da nova ideologia tinha a seu favor algo raro naqueles tempos: a disciplina partidária.

4. Segundo Oliveira Viana em "O Ocaso do Império" havia, em 1889, 77 jornais e 273 clubes republicanos (apud, BELLO - 1976, 17).
5. Anais do Senado do Império - 1873 (apud, MAGALHÃES JUNIOR - 1957, 135).

ria. As defecções de alguns filiados, atraídos pelas ofertas governamentais, não o afetavam.

Em São Paulo, a idéia cresce e surgem, mesmo, programas construtivos como o da "Constituição de São Paulo" no seio da "Federação dos Estados Unidos Brasileiros". Pernambuco é no Norte-Nordeste o centro maior de irradiação republicana, e no Sul, ao sopro positivista, desenvolve-se a idéia no Rio Grande do Sul, berço da República de Piratini.

É de todo importante salientar, que, embora possa parecer um movimento monolítico, assim não o era. Havia em seu interior uma corrente evolucionista de Quintino Bocaiúva, e outra radical, revolucionária, de Silva Jardim.

É reconhecido por diversos historiadores que a decisiva conquista republicana se deu nas escolas do Exército, onde iria encontrar a juventude militar impregnada das doutrinas comunistas.

Vamos aqui valer-nos de depoimento de Salvador de Mendonça afirmando que, desde o início do movimento, os republicanos começaram a aliciar militares, fazendo-o através do oficial Pompílio de Albuquerque que os buscava para se alistar, secretamente, ao Partido Republicano (apud, MAGALHÃES JUNIOR — 1957, 141). Era a procura do segmento importante e básico à consecução do ideal.

OS MILITARES ENTRAM NA POLÍTICA

Questão Militar e seus reflexos

O envolvimento militar na política imperial era, desde muito, presente.

As sucessões ministeriais entre conservadores e liberais refletiam-se de maneira generalizada na política e na administração do país. Nos quadros provinciais e municipais, ocorriam sérias mudanças, indo da derrubada de funcionários públicos até a transferência de oficiais do Exército. Estes, sendo chefes locais de força armada, vez por outra se comprometiam com a facção no poder, o que ensejava à sua sucessora a solicitação de substituição do oficial ao ministro da guerra, buscando colocar outro neutro ou leal a si. Este comportamento, para os militares, era, a um só tempo, nocivo, por atingir os preceitos disciplinares, e perigoso, por gerar ambiente de descontentamento entre os atingidos.

Os ressentimentos que paulatinamente se foram acumulando são, na verdade, a causa obscura dos acontecimentos que vieram a se chamar Questão Militar, um dos três dardos a ferir mortalmente o regime monárquico.

No início da década de oitenta do século passado, o Exército estava "esquecido, mal organizado e desestimulado", segundo Eduardo Prado⁶ (apud, LACOMBE — 1987, 8). Este clima gerava um enorme mal-estar no seio da sociedade

6. "Fastos da Ditadura Militar", Lisboa - 1890.

militar, agitando principalmente a oficialidade mais jovem, impossibilitada de ver horizontes melhores.

As dificuldades de promoção levavam os jovens oficiais a reivindicar uma nova fórmula para o problema, sendo fruto disto o "Breve estudo sobre o meio de preencher as vagas do posto de capitão do corpo d'engenheiros" (1882), que trazia no seu conteúdo pareceres de militares como o Visconde da Gávea, general Severiano da Fonseca e mesmo de Caxias (com data de 1877). Deste problema nasceria o primeiro caso da Questão Militar.

A situação foi discutida, seguindo-se a apresentação à Câmara de um projeto sobre a organização do funcionalismo civil e militar, onde se inseria a criação de um montepio obrigatório pelo Visconde de Paranaguá. A reação militar fez-se através do estabelecimento de um "diretório" na Escola Militar com a finalidade de debater o assunto pela imprensa, o qual teve como presidente o tenente-coronel Antônio de Sena Madureira. O fato ocasionou a reiteração da censura a manifestações de militares pela imprensa, além de punições impostas ao oficial presidente.

O mesmo brilhante tenente-coronel, convicto militante abolicionista, como comandante da Escola de Tiro de Campo Grande, receptionaria o jangadeiro cearense Francisco Nascimento, como já foi dito, líder antiescravocrata em sua província. Tal atitude, além da punição imposta pelo então ministro

Franco de Sá, resultou na transferência de Sena Madureira para o Rio Grande do Sul.

O ano de 1886 iria reservar um episódio marcante, quando o deputado piauiense Simplício Coelho de Resende criticou, ofensivamente, o coronel Ernesto Augusto da Cunha Mattos, inspecionador da companhia de infantaria comandada pelo capitão Pedro José de Lima. O discurso do parlamentar conservador foi em defesa do capitão, seu correligionário, atingido por denúncia de Cunha Mattos. O coronel revidou, pela imprensa, em termos não menos contundentes, criticando ainda o seu ministro, Alfredo Chaves, que o repreendeu e prendeu por dois dias. Se o coronel Cunha Mattos aceitou a situação sem protestos, o mesmo não se deu com grande parte da oficialidade, que se melindrou com o posicionamento do ministro. Liberais e republicanos exploraram com fervor o caso.

Simultaneamente, era divulgada a notícia sobre a denúncia do deputado provincial gaúcho, Antônio Eleutério de Camargo, ex-ministro da guerra, contra o general Deodoro, pelo crime de prevaricação. Disto só resultaram ressentimentos, pois ao final do processo, em 1887, o velho militar foi absolvido.

Foi ainda em 1886 que o tenente-coronel Sena Madureira, que agora organizava a Escola de Tiro de Rio Pardo, deliberadamente manifestou-se pelo jornal republicano, *A Federação*, defendendo-se das acusações e punições impostas

pelo ex-ministro Franco de Sá. O ministro Alfredo Chaves, por entender coerente, puniu Sena Madureira à semelhança de Cunha Mattos.

Como fator complicador, surgiu o fato de ter sido o general Deodoro envolvido no caso. Sendo superior imediato do tenente-coronel, o general foi interpelado pelo ministro e colocou-se ao lado de seu subordinado por achar que os militares não precisavam de permissão para se defender. Naquele momento nascia Deodoro líder da classe.

O ministro tomou sua atitude como afrontante, resolveu diminuir sua autoridade e apresentou a punição de Sena Madureira como fato consumado, antes das devidas considerações escritas do velho general.

Deodoro, em franca indisciplina, nega-se a transmitir o aviso ministerial ao punido, o que é habilmente explorado por Júlio de Castilho, o positivista diretor de *A Federação*. É suscitado o crescente clima de incompatibilidade entre militares e o governo. O jornal busca aproximação com Deodoro e converte-se em veículo das insatisfações militares.

Nesta época, associa-se ao movimento a exponencial figura do Visconde de Pelotas, o outro grande chefe militar do período.

A oficialidade no Rio Grande do Sul era uma só agitação. Já não existiam o caso Cunha Mattos e o caso Sena Madureira. Era uma questão de classe — a Questão Militar.

O Barão de Cotegipe, chefe de gabinete, dirigiu-se a Deodoro para inteirar-se da situação, e a resposta estampada no telegrama do general definia tudo: "Justo e geral sentimento do Exército muito ofendido. Oficiais pediram reunião calma; aprovei e consenti. Resolveram-se atos de inquestionável direito".

Em 18 de outubro de 1886, o Conselho Supremo Militar pronunciou-se sobre o caso e dizia em seu artigo primeiro:

"Que, nos termos do § 4º do artigo 179 da Constituição Política do Império, estão os militares no pleno direito de que goza a universalidade dos cidadãos brasileiros de comunicarem seus pensamentos por palavras, escritos e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar."

Ora, este parecer ia diretamente contra os avisos ministeriais punitivos.

Demonstrando falta de sensibilidade política, o governo se nega a cancelar seus avisos, como seria o correto, declarando só fazê-lo sob requerimento dos interessados.

O ano de 1887 enseja uma reunião, a 2 de fevereiro, no Teatro Recreio Dramático, para tratar da procrastinação do cumprimento da ordem imperial que anulava os avisos

ministeriais julgados inconstitucionais. Como consequência da reunião, foi atribuído a Deodoro o poder pleno de representar os militares junto ao Imperador na busca da solução "digna do governo e da classe militar", como afirma sua ata. No dia imediato, a 12 de fevereiro, por não obter resposta da primeira carta, Deodoro se dirigiu deprecante a D. Pedro II.

A insensibilidade do governo iria conduzir antigos adversários, Deodoro (conservador) e Pelotas (liberal), lídimos substitutos de Osório e Caxias na liderança do Exército, ao lançamento do manifesto ao "Parlamento e à Nação", obra literária perfeita atribuída à autoria de Rui Barbosa, e que transformava definitivamente a questão disciplinar em questão política.

A anulação das punições, a partir de moção apresentada pelo senador Silveira Martins, trouxe momentânea tranqüilidade e dimensionou a força dos militares e a inabilidade do governo.

Outros eventos menores ainda agitariam a caserna, no entanto a designação de Deodoro para comandar uma coluna militar em Mato Grosso, com missão de observação de suposto conflito iminente entre Paraguai e Bolívia, foi que causou maiores repercuções no seio militar. Afastar o líder do cenário da Corte foi tomado como ato preconceituoso e não de confiança.

Seu regresso da guerra inexistente elevou ainda mais seu prestí-

gio e o consagrou na liderança militar.

Como um dos derradeiros episódios da Questão Militar, podemos considerar o famoso e exaltado discurso de Benjamin Constant, protestando contra a atuação governamental face às Forças Armadas. A repercussão foi maior ainda por estar presente o ministro interino da guerra na recepção aos oficiais chilenos do encouraçado Almirante Cochrane, em visita à Escola Militar, em outubro de 1889.

Era o ápice que chegava. O que em 1883 era questão de defesa de interesses econômicos e profissionais, transformara-se em verdadeira doutrina em que o militar antes de tudo era um cidadão.

Resta, desta breve análise dos fatos conhecidos por Questão Militar, concluir sobre o instrumento que representou para os políticos republicanos moverem a alavanca que derrubaria o regime instituído.

Foi explorada passo a passo, a cada incidente, com inteligência e pertinácia, por Júlio de Castilho, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, entre outros, mas foi também facilitada pela atuação renovadora de Sena Madureira, Benjamin Constant, Solon Ribeiro, Mena Barreto, Sebastião Bandeira e tantos outros oficiais.

O Clube Militar e seu papel no processo

A tendência manifestada pelos últimos gabinetes imperiais, com nítida busca do aniquilamento do

Exército, já se fizera presente entre os Constituintes de 1824, que pretendiam colocar, desde a Independência, a força terrestre afastada do centro de decisão do poder, destinando-lhe a missão simplista de defesa das fronteiras e do litoral através de fortalezas. Suas intenções foram baldadas por D. Pedro I que prestigiou sua força militar.

Em 1831, é o Exército levado a participar da deposição de D. Pedro I, a contragosto de alguns de seus chefes. A substituição do Ministério Popular pelo dos Marqueses e a recusa do Imperador em reconsiderar esta decisão sob pressão do povo levaram o Exército a aderir, através dos três irmãos Lima e Silva, à revolta popular. Essa atitude era o produto de uma relativa consciência política que começava a existir no âmbito dos quartéis. Porem o Exército seria traído em seus propósitos.

Com a regência surgiria também a Guarda Nacional, instrumento aristocrático a existir durante todo o Segundo Império e ameaça permanente à integridade da força terrestre.

As elites políticas desejavam um Exército fraco. A cada aventura em que ele era lançado e na qual provava seu valor, seguia-se a sua relegação a plano inferior. Isto era feito mantendo-o mal equipado, mal pago e com efetivo reduzido. A Guarda Nacional por outro lado, formada com o dinheiro de compra de títulos, obtinha melhores louros no plano interno, pois os seus "co-

ronéis", ao adquirirem suas patentes, passavam a ter poder militar, além do político.

Os anos de 1879 e 1880 são importantes na cronologia do envolvimento militar na proclamação da república. Marcam a morte de Osório e Caxias, respectivamente, deixando a força terrestre órfã de suas grandes lideranças.

O ano de 1879 iniciava também longo interregno sem a presença de militares nas pastas do Exército e da Marinha, o que iria influir pesadamente na solução de inúmeros problemas. A partir de então começam a surgir legislações fracamente contrárias aos interesses da classe armada.

É sobremodo importante a criação, em 1881, do Diretório Militar na Santa Cruz dos Militares, pois identifica a primeira reação ao cerceamento de seus direitos. Não poderia persistir o indevido tratamento dado à Força, que era justamente o esteio da política imperial.

Ao tempo que procuravam a defesa dos interesses dos militares, alguns deles candidataram-se a cargos eletivos que lhes proporcionassem influir na política. É o mesmo grupo, com Deodoro, Sena Madureira, Barão de Alagoas entre outros, que seis anos depois fundaria o Clube Militar.

Naturalmente, para se falar em fundação do Clube Militar, somos forçados a ligá-la à Questão Militar, aquele longo processo político-militar que desaguou na república em 1889.

A propaganda republicana grassava na sociedade de então. Ao folhearmos as páginas de diversos jornais e revistas do período, deparamos a todo instante com duas espécies de noticiário: o militar e o republicano. Seja nas folhas de um sério *Jornal do Comércio*, nas de uma divertida *Revista Ilustrada*, com caricaturas políticas de Gavarny, ou ainda nas do republicano *País e Federação*, a tônica é a mesma. Não é difícil imaginar a importância de ambos e a natural afinidade nascente entre os dois segmentos.

Logo a classe militar se politizou e, como era esperado,olveu-se à república. Passou as ser comum encontrar oficiais republicanos a propagar vivamente suas idéias na caserna.

Consta que, já em 1874, havia um grêmio "secreto" republicano na Rua Bambina em Botafogo, do qual fazia parte o ilustre Hermes da Fonseca.

Não só na Corte, mas também nas províncias, estabeleceram-se diversos clubes e círculos de oficiais abertos às discussões de seus problemas e interesses.

Entre muitos oficiais, sobressaiu o tenente Tomás Cavalcante de Albuquerque, quer por seu idealismo, quer por seu inflamado republicanismo. Não cessava de estimular diferentes reuniões entre militares do Rio de Janeiro. Os locais eram os mais diversos, mesmo após a fundação do Clube Militar: residências de oficiais, teatros, a Biblioteca do Exército e outros.

Como já foi enfocado havia, a partir de determinada época, repressão aos pronunciados militares, estando isto intimamente ligado ao regulamento disciplinar de 9 de março de 1875 e a diversos avisos ministeriais. Todos funcionavam como estímulo às reuniões, às escondidas, aos artigos de "militares anônimos" em jornais republicanos e à necessidade de um clube militar.

A 7 de outubro de 1886, o deputado Cândido de Oliveira discursou no Congresso de maneira altamente ofensiva aos militares. A réplica se fez presente nas páginas do *País*, de 9 de outubro, em protesto assinado por 150 oficiais. No mesmo noticiário estava estampado o anúncio da reunião de "oficiais de terra e mar" a realizar-se no dia imediato nos salões da Sociedade Francesa de Ginástica. Ela foi presidida pelo almirante Artur Silveira da Mota, barão de Jaceguai, para deliberar sobre os fatos que ocorriam no Rio Grande do Sul.

Entre suas decisões, destacamos o envio de telegrama de congratulações e solidariedade a Deodoro e demais camaradas do Sul.

Após pedir exoneração do comando das armas e da presidência da província gaúcha, Deodoro retorna à Corte, onde o ambiente militar é efervescente.

O tenente Tomás Cavalcante convence o capitão Inocêncio Serzedelo Correia a patrocinar mais uma reunião, agora em sua casa à rua da Passagem em Botafogo. Esta não seria mais uma dentre mui-

tas, teria influência decisiva no movimento.

Realizou-se a 2 de julho de 1887 sob a presidência do Cel Cândido Costa. O primeiro a falar foi o vibrante tenente que expôs a situação do Império, da oficialidade e pediu uma tomada de posição do grupo. Mostrou a necessidade de melhor se organizarem, a fim de produzir maiores resultados.

Os locais até então usados para reuniões eram inadequados. Havia urgência de se fundar um centro ou clube, com normas e estatutos que facilitariam todo o movimento. De imediato a proposta foi aceita e as diretrizes discutidas. Designou-se uma comissão composta por Tomás Cavalcante e Serzedelo Correia para comunicar a decisão a Deodoro, Câmara e Benjamin Constant. Em suma, realizara-se a reunião preparatória do Clube Militar.

Na Marinha já havia surgido o Clube da Marinha (1870), depois o Círculo da Marinha (1884) e, finalmente, no mesmo ano, o Clube Naval, com conotação puramente cultural. No entanto, seria em sua sede, na Praça da Constituição número 43, que se daria a reunião solene de fundação do Clube Militar, em 26 de junho de 1887, sob a presidência do Visconde de Pelotas. Foi ele que indicou e, por aclamação, foi escolhido Deodoro para presidente do nascituro clube.

Estava assim criado o instrumento decisivo que congregaria os militares proclamadores da repúbli-

ca. Tão logo se fundou o Clube, constituiu-se uma comissão de imprensa, composta pelos capitães-de-mar-e-guerra José Marques Guimarães e Eduardo Wandenkolk, além de Sena Madureira. A esta incumbia estreitar laços com a imprensa, esclarecer a opinião pública, congregar as elites militares e civis na campanha abolicionista e republicana, propagar a candidatura de Deodoro ao Senado, estender as duas campanhas citadas a outras províncias, conseguir a adesão de líderes políticos e governamentais, e estreitar, ainda, o relacionamento entre as duas forças: naval e terrestre. É fácil observar que suas atribuições se confundem com os objetivos do Clube, estando intimamente ligados à vida política da Nação e ao republicanismo enfim.

Os anos que se seguiram iriam presenciar a faina intensa de Sena Madureira junto à imprensa na busca de seus objetivos. Entretanto, entre a sua fundação e a histórica reunião de 9 de novembro de 1889, a bem da verdade, temos que reconhecer que as atividades do Clube declinaram relativamente. No auge do movimento, contudo, voltaram a desempenhar o papel imposto e desejado.

A 5 de novembro de 1889 houve uma sessão para a admissão de novos sócios (41 oficiais), que iriam unir-se a cerca de 120 preexistentes. A finalidade básica era dar vulto à assembléia geral, previamente marcada para quatro dias depois e já planejada em contatos anteriores e

cercada de discrição, a fim de evitar que o governo vislumbrasse seus reais objetivos.

A assembléia foi notável. O presidente do Clube, na época, era Benjamin Constant e a ela compareceram 116 sócios. Iniciando, o admirável lente da Escola Militar fez uma exposição das atitudes governamentais e colocou-se inteiramente à disposição da classe para ser seu fiel representante na busca dos objetivos comuns ansiosamente desejados. A assembléia concede-lhe, então, plenos poderes para proceder como melhor julgasse na procura "de uma Pátria livre". Por fim, Benjamin Constant pediu que lhe fossem dados alguns dias para se desincumbir.

Observamos claramente que, naquele momento, estava sendo decidida a sorte do regime imperial. Era o Clube Militar definitivamente firmando seu lugar no concerto das correntes republicanas. Se a República brasileira teve uma certidão de nascimento, esta foi a ata da reunião de 9 de novembro de 1889.

A propaganda republicana na caserna

Iniciamos agora um item revestido da maior importância, na medida em que os historiadores, curiosamente, não se detiveram ainda suficientemente na fundamental análise de propaganda republicana dentro dos quartéis. Esta foi emoldurada pelo maior idealismo e sentimento de brasiliade. Foi sincera e leal, posto que visando a um golpe

militar. No entanto, na época, este era o que de melhor se apresentava para solucionar a situação político-social da Nação.

Seria desnecessário relembrar que a Questão Militar como um todo preparou o até então árido solo militar para a germinação da semente republicana. Esta surgiu como uma solução aos problemas da classe, que se julgava injustiçada. Este sentimento da classe alentou a atração aos ideologistas republicanos, carentes de força para consecução de seus planos.

A influência de Benjamin Constant e sua formação comitista⁷ sobre os alunos da Escola Militar no Rio de Janeiro foi incomensurável. Turmas seguidas saíram daqueles portões embebidas da palavra do famoso mestre. Em um espírito jovem é fácil de aquilar o valor assumido pelas idéias positivistas, cheias de concepção pura dos fatos morais, apoiadas em bases matemáticas, dogmáticas e disciplinares.

Todos esses sentimentos integrariam ainda com outros eflúvios emanados da sociedade imperial, onde se destacava o nítido sentido antimilitarista de D. Pedro II e seus políticos. Esta colocação levava o Exército a uma posição desvantajosa na pirâmide social e política do Império, secundado até mesmo pela

7. Positivismo - filosofia sistematizada por Augusto Comte, que pregava a ignorância da natureza das coisas, bastando-se na observação e experimentação dos fenômenos; religião da humanidade.

força irmã, a Armada, muito mais aristocrática e portanto preferida.

Foi a guerra contra Solano Lopes que modificou este estado de coisas. Vitoriosos, os militares voltaram cientes de seu potencial e, naturalmente, sedentos de ocuparem sua real posição.

Também os políticos imperiais tinham ciência do significado desta volta triunfal e, temerosos, tentaram minimizar suas influências, esbarrando na oposição do Conde d'Eu.

A nascente consciência política dos militares, egressa da guerra, aculada pelos eventos da Questão Militar, ao sopro do positivismo, plasmaria a nova imagem do soldado-cidadão.

Vamos enfocar a atuação de dignos personagens de nossa história política e militar cuja memória não tem sido merecidamente venerada. Temos certeza de que, sem a atuação de alguns destes "ilustres desconhecidos", a história poderia ter outra redação.

Restrinjamos nosso foco ao ano de 1889, já nas vésperas da proclamação e, consequentemente, após a volta de Deodoro de sua passagem pelo Sul e pelo Oeste. No mês de outubro, precisamente a doze, Deodoro recebera a visita do capitão Adolfo de Fontoura Mena Barreto, recém-chegado da província gaúcha e que colocou o grande general a par de toda a situação da política rio-grandense. Insistia na ocasião que Deodoro nela deveria intervir, enquanto reafirmava, en-

fático, o prestígio imenso do nobre chefe. Esta visita era o início da caminhada final em direção à república.

Depois deste encontro, Mena Barreto manteve outros com amigos da guarnição do Rio de Janeiro, destacando-se o tenente Sebastião Bandeira, com quem, quatro dias depois, retornou à casa de Deodoro no Campo da Aclamação.

Bandeira era o homem ideal para informar ao enfermo general o que se passava com a força terrestre. O jovem tenente estava totalmente indignado com a atuação governamental frente ao Exército, pois julgava que buscava o aniquilamento da força terrestre. Disse ele a Deodoro que o governo arquitetara o seguinte: instituição da guarda cívica, aumento de efetivo da polícia provincial do Rio e da Corte, arregimentação da aristocrática Guarda Nacional, sendo todas armadas a comblain,⁸ e instruídas militarmente; prosseguiria, retirando do Rio de Janeiro grande parte da tropa de linha. Previa, ainda, o jovem oficial, que o passo seguinte seria substituir a guarnição do Exército por elementos da Guarda Nacional, o que demonstraria a dispensabilidade dos 13.500 homens componentes do Exército, passíveis de dispensa para diminuir as despesas públicas.

O relato abalou Deodoro, que asseverou sua intenção de levar seu protesto ao Parlamento, responsa-

8. Armamento moderno naquela época.



Fig. 1 - Residência de Deodoro da Fonseca no Campo de Santana

bilizando o impatriótico gabinete, submetendo seus ministros, empregando a força de sua artilharia, e, em último ato, entregando-se ao julgamento popular pelas suas atitudes. Foi neste instante que Mena Barreto, profético, afirmou: "V. Excia., vencedor, será o ditador da República!" (apud, SENNA - 1913, 29).

Desta reunião saíram Mena Barreto e seu amigo Bandeira convictos do sucesso da empresa a que se propuseram e, desde logo, prontos a propagar suas idéias.

Conseguiram que, ao anoitecer do dia seguinte, 17 de outubro, capitães, tenentes e alferes do 1º e do 9º Regimento de Cavalaria fossem, reunidos, à casa do ilustre chefe com duplo objetivo: manifestar o desejo de vê-lo restabelecido e também demonstrar, ao combalido governo, a força de liderança do general.

Depois da visita, o capitão Mena Barreto, acompanhado de Bandeira e do tenente Gentil Elói de Figueiredo, em comissão, levaram à imprensa a notícia do evento, bem como de seus objetivos. Clara era a intenção de propaganda.

Foi ainda nesse mesmo dia que os dois primeiros procuraram estimular aos companheiros do 2º Regimento de Artilharia a cavalo e da Escola Superior de Guerra a empreenderem semelhante demonstração de apreço a Deodoro.

A estes dois propagandistas militares estava intimamente ligado o alferes Joaquim Inácio Batista

Cardoso, dispondo os três de facilidade para difundir suas idéias por força dos contatos de que dispunham.

Sentindo eles ser o ambiente nacional e militar o desejável para a mudança do regime, encetaram maior vigor à propaganda. A tônica era mostrar à soldadesca, nos corpos de tropa, as vantagens a serem usufruídas pelos militares e pelo Exército, com a queda da monarquia e o advento da república. O início se deu no 1º e no 9º RC e rapidamente alcançou as demais unidades.

Enquanto na imprensa Sam-paio Ferraz, Quintino Bocaiúva, Aristides Lobo, Lopes Trovão e, já agora, Rui Barbosa utilizavam o *Diário de Notícias*, *País* e o *Correio do Povo* para atacar decisivamente o Império, na caserna, de boca em boca, a idéia republicana caminhava. Além dos militares já citados, encontrariam engajados na tarefa os capitães Manoel Joaquim Godofim, José Pedro de Oliveira Galvão, os sargentos Agrícola Bethlen, Arnaldo Pinheiro, Raimundo Gonçalves de Abreu e João Batista Xavier.

É neste ponto que ocorreria o famigerado discurso de Benjamin Constant aos oficiais chilenos, em presença de Cândido de Oliveira, ministro interino da guerra, que foi forçado a ouvir ampla defesa da força "acusada injustamente de indisciplina pelo governo, que demonstrava querer um Exército de janízaros". O assombro do indito-



Fig. 2 - Quartel dos 1º e 9º Regimentos de Cavalaria.

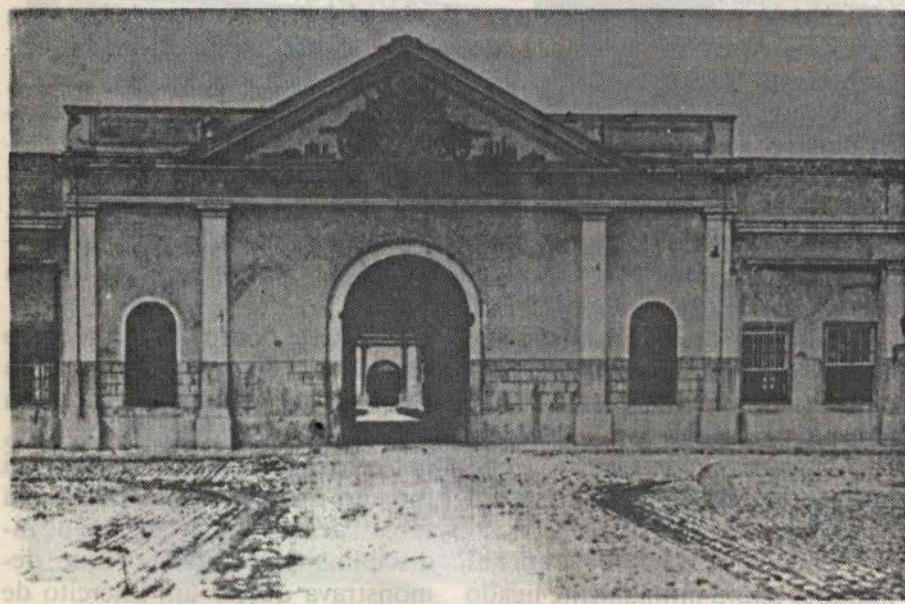


Fig. 3 - Quartel do 2º Regimento de Artilharia a Cavalo.

so político foi maior, quando da assertiva de Benjamin Constant, prevenindo o governo quanto à errada convicção de julgar-se forte, pois “a parte sã do Exército saberia cumprir, com altivez e desassombro, o seu dever”. Definitivamente o mestre positivista assumia sua posição de líder perante a juventude militar.

Os alunos da Escola Superior de Guerra resolveram demonstrar-lhe o apreço e o fizeram a 26 de outubro na Praia Vermelha. Na ocasião, o capitão Mena Barreto falou pelos dois regimentos de cavalaria, o tenente Saturnino Nicolau Cardoso pelo 2º RAC e o alferes aluno Augusto Tasso Fragoso em nome da Escola Superior de Guerra.

A repercussão foi imediata. O *Diário de Notícias*, assim como O País encarregaram-se de noticiar. O governo incumbiu o comandante da 2ª Brigada, brigadeiro Antônio José do Amaral de censurar a manifestação, que fez através de ordem-do-dia expedida em 28 de outubro, repleta de irreflexão e falta de lógica. Esta ordem-do-dia foi publicada pela imprensa graças à cópia conseguida pelo capitão Mena Barreto e pelo alferes Joaquim Inácio.

As consequências do evento são interessantes. O brigadeiro Antônio José foi presenteado com a nomeação de quartel — mestre-general, até então privativa de postos superiores ao seu. O tenente-general Miranda Reis, que não censurou seus alunos pelo ocorrido, foi exonerado, e o governo procurou

informar-se sobre os manifestantes e seus líderes. Em correspondência versando sobre informações do assunto, parte do ofício reservado do comando da 2ª Brigada ao ajudante-general do Exército nos dá o perfeito juízo feito de dois dos propagandistas militares: Mena Barreto e Joaquim Inácio.

A convicção de que o governo pretendia, e já havia bastante tempo, desembaraçar-se do Exército estava decisivamente assentada nos limites do que o tenente Bandeira dissera a Deodoro.

Mais uma vez resolveram Mena Barreto, Bandeira e Joaquim Inácio ouvir a opinião do general Deodoro, ainda adoentado. Nesta visita foram acompanhados do alferes Tasso Fragoso. Realizou-se a 30 de outubro, e sua importância reside na firmeza com que o chefe militar lhes declarou sua opinião favorável à mudança de regime. Nele também foi abordada a decisão governamental acerca do embarque do 22º Batalhão de Infantaria para o Norte, o que Deodoro aceitava e julgava mesmo conveniente acatar, para demonstrar disciplina.

O movimento militar já conta com a adesão importantíssima do major Frederico Solon Sampaio Ribeiro. Foi ele que, ao lado de Mena Barreto, iria acertar a decisão final de realizar a revolução com o jornalista republicano Aristides Lobo.

Os principais agentes da propaganda na Escola Superior de Guerra foram os alferes João Ba-

tista da Mota, Aníbal Cardoso e José Beviláqua.

A 2 de novembro, Mena Barreto, Bandeira, o tenente Saturnino Cardoso e Joaquim Inácio, reunidos, resolveram estender a propaganda à 1.ª Brigada.

A marcha revolucionária prosseguia célere.

A 3 de novembro, a sua cúpula militar reúne-se em casa do major Solon, com os capitães de infantaria Carlos Olímpio Ferraz, Manuel Joaquim Pereira e o tenente Timóteo de Faria Correa, a fim de delinearem a propaganda no âmbito das unidades de infantaria.

Em virtude de estes oficiais assegurarem lealdade à causa pelo 7.º BI, de imediato Mena Barreto contactou com os capitães Osório Pava, Bento Gonçalves, Joaquim Baltazar da Silveira e o alferes secretário Napoleão Felipe Aché. Todos hipotecaram total apoio às ações da 2.ª Bda, exceto o primeiro que, por se declarar "amigo" do governo, vacilou, embora não se opusesse.

Para o dia 9 de novembro, havia a marcação de uma assembléia geral do Clube Militar e todos estavam cientes de sua importância e por ela ansiavam.

Em meio ao fervor revolucionário, vários pactos de sangue⁹ foram celebrados. Na noite de 11 de novembro, os oficiais do 1.º e do 9.º RC se reuniram, no segundo andar

de uma casa da rua de S. Cristóvão número 131, para lavrarem o seu termo de fidelidade à causa, enviando-o posteriormente ao tenente-coronel Benjamin Constant.

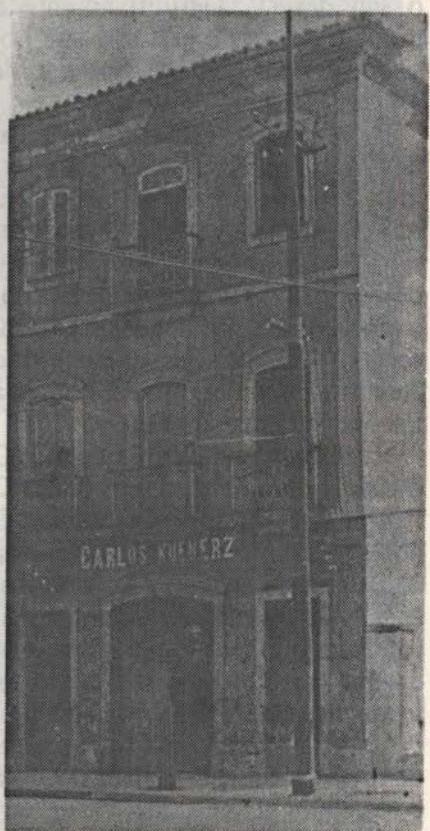


Fig. 4 - Local de Reunião dos Oficiais dos 1.º e 9.º Regimentos de Cavalaria, Rua de São Cristóvão, 131.

Aliás o primeiro pacto de sangue recebido por ele foi o de autoria dos alunos da Escola Militar, em 26 de outubro, logo após o seu discurso polêmico. Data também de 11 de novembro o pacto dos alunos da

9. Documento em que os assinantes declaram total lealdade a determinada causa ou pessoa.

Escola Superior de Guerra, bem como dos oficiais do 2º RAC.

Nos arquivos deixados pelo ilustrado tenente-coronel se encontram ainda idênticos compromissos, como um assinado por diversos oficiais, outro somente de médicos e outro, ainda, de oficiais e praças aquartelados na Praia Vermelha, além de um posterior à proclamação, em que os assinantes juram defesa dos ideais de 15 de Novembro e pedem a liderança de Benjamin Constant.

Na já conturbada convivência do governo com o Exército, surge uma ordem totalmente extemporânea que iria acirrar os já exaltados ânimos da caserna, o que foi habilmente explorado pelos propagandistas. Decidira o governo embarcar, sem suas armas, o 2º RAC para São Borja no Rio Grande do Sul. Tão logo difundida a ordem, o tenente Bandeira, inicialmente, e depois o capitão Mena Barreto também, correu a hipotecar irrestrito apoio dos regimentos de cavalaria aos artilheiros, a fim de que não fosse cumprida a determinação julgada absurda.

Para dimensionarmos a profundidade do trabalho desenvolvido, podemos citar o caso do general Inocêncio Veloso Pederneiras, veterano da Guerra da Tríplice Aliança, que ofereceu ao tenente Bandeira sua contribuição, visando, principalmente a impedir a subida do Conde d'Eu ao trono, mesmo que indiretamente.

A 12 de novembro ainda, Me-

na Barreto e Sebastião Bandeira se entendem com o capitão-tenente Nelson de Vasconcelos de Almeida, buscando deste o apoio junto à Escola Naval, de onde era professor. Neste mesmo dia, *O Correio do Povo* e *O Dia* publicaram matéria sobre a precariedade de condições do Exército. O alferes Joaquim Inácio, auxiliado pelos sargentos Raimundo de Abreu e Arnaldo, do 1º RC, e Francisco Pinto Fernandes Júnior, do 2º RAC, se imcumbiu de distribuir vários exemplares nos regimentos da 2ª Bda e no 1º e 10º BI. Os jornais foram amplamente difundidos, em todos os níveis, causando sensação, mormente entre as fileiras de mais baixa graduação.

No 2º RAC, assim como na Escola de Tiro e no 1º Batalhão de Engenheiros, o tenente Saturnino Cardoso mantinha o clima de agitação. No quartel de polícia, tinham os revolucionários, como informante, o sargento Manuel Antônio de Barros.

Papel destacado teve o cadete-sargento Raimundo de Abreu Filho, que, tendo sido companheiro de diversos oficiais na Escola Militar, ficou sendo o elo e o veículo de informação entre eles e as praças. Era ele que as colocava a par das deliberações sobre a conspiração e mantinha a chama revolucionária acesa nessa camada militar tão importante.

A faina revolucionária era intensa e difícil de acreditar que o governo tão-somente tivesse suspeitas de existir "alguma coisa no ar".

Todas as oportunidades de propagar o fogo rebelde eram aproveitadas, como no dia 14, quando o capitão Mena Barreto instruiu o alferes Daniel Acioli de Azevedo e Silva do 10º Regimento e que partia para São Paulo, sobre a maneira melhor de agitar sua unidade.

Outro exemplo foi a solicitação ao general Pederneiras para que instasse seu filho, o capitão Aquiles Pederneiras, do 1º Regimento de Artilharia, a alinhar-se com a revolução.

Não havia mais o que esperar. A tropa ansiava pelo desfecho do movimento, o entusiasmo já havia de muito contagiado a soldadesca, o trabalho de propaganda havia sido bem executado.

Muitos foram os responsáveis pelo sucesso. Quer-nos parecer, entremos, que sem o trabalho diuturno, olvidado pela história, do capitão Mena Barreto, do tenente Bandeira e do alferes Joaquim Inácio, tudo estaria comprometido. Foram, em verdade, heróis a ombrear com Benjamin Constant, Solon Ribeiro, Bocaiúva, Aristides Lobo e outros.

A atuação desses militares jovens e desassombrados foi patriótica e inteligente, congregando a tropa em torno das figuras centrais do movimento, emprestando autenticidade e corpo ao que era tão simplesmente idéias.

A proclamação — um evento militar

“Estamos sobre um vulcão”

— esta frase de Floriano Peixoto ao Visconde de Maracaju, ministro da guerra, em 14 de novembro é definidora da situação na véspera da proclamação.

A finalidade deste item é reproduzir os acontecimentos militares do derradeiro dia do Império no Brasil, e isto o torna mais jornalístico do que analítico.

Vamo-nos reportar à tarde do dia 14, quando o major Solon Ribeiro saiu, à paisana, de casa, dizendo à esposa que iria conversar com o general Deodoro, dirigindo-se, no entanto, para o Largo de São Francisco de Paula.

Foi neste logradouro que espihou o boato de que procurava Bocaiúva, Aristides Lobo e outros para comunicar-lhes que o governo imperial determinara a prisão de vários oficiais, entre os quais Deodoro e Benjamin Constant. A difusão foi rápida e a prometida mentira estourou no interior dos quartéis como odiosa verdade.

É interessante colocar que, à surdina, era comentado, desde algum tempo no meio das praças, que os chefes do movimento eram o major Solon, o capitão Mena Barreto, o tenente Sebastião Bandeira e o alferes Joaquim Inácio, sendo aqui e ali acrescidos à relação um ou outro oficial, todos porém de baixa patente.

Ao ser informado da “iminente” prisão do general, que se encontrava enfermo na residência do irmão, Dr. João Severiano da Fonseca, o capitão Mena Barreto repli-

cou ao tenente Augusto Cincinato de Araújo, seu informante: "Pois bem, vou já com o 9º Regimento buscar o general" (apud, SENNA - 1913, 62).

No aquartelamento de São Cristóvão, já se formavam os 1º e 9º RC, e foi mandado chamar os oficiais ausentes. Logo a seguir, formou-se o 2º RAC, com animais atrelados e canhões engatados.

Às oito horas da noite, Mena Barreto chega ao 9º RC e após fardar-se percorre todos os esquadrões dos dois regimentos (ambos ocupavam o mesmo quartel) e conclama a todos a lutarem pela república. Simultaneamente, o tenente Bandeira trocava as clavinas¹⁰ por lanças nos 2º e 3º esquadrões do 1º RC e distribuía munição aos demais esquadrões clavineiros.

Consta que, para se assegurar do empenho revolucionário das praças, o cadete Abreu, a esta altura, lhes confirmava a ordem de prisão dos líderes, afirmado ainda que a Guarda Nacional já se encaminhava para São Cristóvão, a fim de atacá-los.

Eram vinte e duas horas, quando o tenente-coronel Silva Teles, comandante do 1º RC, chegou ao quartel, dizendo-se informado sobre o que se passava, aconselhando prudência aos esquadrões já armados, pois a soldadesca rejubilava-se com a situação.

Cerca das vinte e três horas, o capitão Mena Barreto aproximou-

se dos tenentes-coronéis Silva Teles e Costa Guimarães que confabulavam nas imediações do portão da rua do Imperador. O segundo inquiriu-o sobre a não percepção de que os republicanos estavam usando o Exército e ainda sobre o que de fato os militares queriam do governo. Incisivo, o capitão disse-lhe que teria a resposta no dia seguinte.

Pouco depois, chegava ao quartel o major Solon, dizendo trazer ordens de Deodoro para que a 2ª Bda estivesse pronta para entrar em ação. Ordens recebidas, segundo ele, em presença do almirante Wandenkolk, Benjamin Constant e do capitão-de-fragata Frederico Loprena.

Sob a inspiração de Mena Barreto, os oficiais dos dois regimentos reuniram-se no pátio interno e decidiram que as unidades ficariam, a partir de então, prontas para marchar para a cidade na alvorada. No 2º RAC e na Escola Superior de Guerra o procedimento foi idêntico.

Por volta da meia-noite, o major Serzedelo traz ao quartel notícias de que a infantaria estava contra o movimento da 2ª Bda. A nova causou protesto e inquietação que só se dissiparam no momento em que o alferes Joaquim Inácio recebeu o tenente reformado Pedro Paulino da Fonseca (irmão de Deodoro) e sua filha, acompanhado do capitão Hermes Rodrigues da Fonseca. A missão que traziam era a de que, por determinação de Deodo-

10. Tipo de carabina.

ro, devia ser informado ao major Solon que a eclosão da revolução seria ao alvorecer, pois somente então as forças da Marinha poderiam desembarcar.

Embora possa parecer que muitas coisas aconteciam ao sabor do acaso, há provas de que havia uma prévia preparação revolucionária.

No dia 4 de novembro, por exemplo, quando o major Marciano de Magalhães afirmou, a Mena Barreto, que a 2.^a Bda estava pronta, mas que só dispunha de 200 tiros de canhão, já se incumbiu de conseguir em Campinho a munição necessária.

No 2.^º RAC, desde 9 de novembro, às escondidas, alguns oficiais, cadetes e praças, juntamente com o serralheiro Amaro, providenciavam a redução de calibre dos projéts de 8 para 7,5 polegadas. Foi também a 9, que o tenente Bandeira, após a assembléia do Clube Militar, quando procurou informar-se sobre a munição disponível no 1.^º RC e soube que era pequena a quantidade, decidiu-se por ocultá-la.

A prova maior foi a reunião de 7 de novembro na residência de Benjamin Constant, da qual participavam, além dele, Bocaiúva, Solon Ribeiro e Mena Barreto, para organizarem o futuro governo provisório.

Benjamin Constant, acompanhado do tenente Lauro Müller, chegou ao 1.^º RC às cinco horas e meia. Exultava com o rumo dos

acontecimentos. De lá enviou, pelo alferes Tasso Fragoso, mensagem ao Clube Naval, solicitando apoio da Marinha para o desembarque dos fuzileiros navais. Foi de lá também que se dirigiu, por mensagem, a Floriano Peixoto, instando-o a assumir a chefia da revolução, face ao estado de saúde do general Deodoro.

Entrementes o movimento guardava dúvidas para alguns sobre os seus reais objetivos. Prova é que o major Lobo Botelho, depois de ver todo o seu regimento em forma, mandou desfraldar a bandeira imperial e, por não ver caráter de subversão contra o Império e sim contra o gabinete, concitou seus comandados a erguer um viva ao Imperador, sendo logo impedido por diversos oficiais.

As tropas puseram-se enfim em marcha. Benjamin Constant seguia a cavalo, ao lado do tenente-coronel Silva Teles. O 1.^º RC era comandado pelo major Solon. O 9.^º RC a pé, protegendo a artilharia, tinha o comando do capitão Mena Barreto, enquanto o 2.^º RAC estava sob o comando do major Lobo Botelho. Cerca de 60 alunos da Escola Superior de Guerra tinham, à sua frente, o capitão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque Silva.

O tenente Lauro Müller e o aluno Antônio Brasil foram incumbidos de comunicar a Deodoro a situação, só encontrando o general já no retorno de sua casa, pois ele se antecipara e rumava para assumir o comando geral. Ao alcançá-lo,



Fig. 5 — Escola Superior de Guerra, cujos alunos tomaram parte ativa no Movimento de 15 de Novembro.

informaram-no, por ordem de Benjamin Constant, do apoio integral de Floriano Peixoto.

Com visível esforço, Deodoro pôde, já no Campo de Santana, colocar-se a cavalo.

Já com as forças dispostas frente ao Quartel General, onde se encontrava reunido o gabinete Ouro Preto, a artilharia, que entrara em posição incorreta, teve o seu comando transferido ao capitão Francisco Xavier Batista.

Deodoro destacou o tenente-coronel Silva Teles como emissário, para que informasse Floriano Peixoto, ajudante-general, de suas intenções de conferenciar.

Ao brigadeiro Almeida Barreto, determinou que dispusesse suas

tropas¹¹ à esquerda da 2^a Bda, ordem que demorou a ser cumprida, causando apreensão e dissabores.

Guiado pelo cadete Raimundo de Abreu, Quintino Bocaiúva foi levado a Deodoro.

Posteriormente, Raimundo de Abreu recebeu, do tenente Bandeira, missão de difícil prognóstico. Deveria informar ao coronel Ourique Jaques, comandante do 10º BI, que se encontrava no Largo da Lapa, para impedir que os alunos da Escola Militar se unissem aos revoltosos, que Deodoro lhe ordenava que também a estes se aliasse. Na altura do Passeio Público, o cadete

11. Estas tropas compunham-se de elementos do Corpo Militar da Polícia e imperiais marinheiros num total de 1.093 homens.

foi chamado pelo coronel Ourique que lhe perguntou "a serviço de quem andava e o que sabia de novo". Raimundo, que já se via na iminência de ser preso por revolto, num rasgo de audácia e sagacidade, respondeu-lhe que corria a informar à Escola Militar que Deodoro já proclamara a república e ordenara urgência na marcha da Escola. Tal convicção na pronta resposta fez o velho coronel, não só acreditar, como também partir para o Campo de Aclamação, enquanto que o cadete Abreu prosseguia ao encontro dos alunos.

Há a lamentar no evento somente o incidente em que ficou ferido o ministro da Marinha, barão do Ladário, ao reagir à voz de prisão decretada por Deodoro.

Deodoro aguardava ainda as oito e meia a resposta do gabinete à solicitação feita. Dentro do QG, o governo conferenciava, apoiado na força de parte do 1º e 7º BI, tropas do Corpo de Bombeiros, a alta esquerda do Corpo Militar de Polícia e dispunham ainda de uma metralhadora.

A impaciência dominara o velho cabo de guerra, que acompanhado de seu estado-maior e um pelotão dirigiu-se ao portão do QG, pouco depois das nove horas. O portão, por iniciativa do capitão Pedro Paulo da Fonseca Galvão do 1º BI foi aberto. Deodoro cruzou as tropas dispostas no pátio. Determinou que se desse o toque a que tinha direito. Enfim se impôs e foi aclamado. Ato contínuo subiu ao

salão da Secretaria de Guerra, onde o ministério Ouro Preto fazia a derradeira reunião.

É apoiado em depoimento do próprio visconde de Ouro Preto,¹² que vamos concluir sobre o total envolvimento de Floriano Peixoto e do brigadeiro Almeida Barreto. Do primeiro dizem, levianamente, ter sido republicano de última hora e do segundo, tinham dúvidas, em face de seu antigo estremecimento de relações com Deodoro.

Diz Ouro Preto sobre a situação no QG naquela hora:

"Não podíamos esperar vitória, assegurou-se-me, porque em poucos instantes a artilharia reduziria a ruínas o quartel [referia-se à informação do visconde de Maracaju, ministro da guerra].

— Mas essa artilharia pode ser tomada a baioneta, objetei; na pequena distância em que se acha postada, entre o primeiro e o segundo tiro de uma peça, há tempo para cair sobre a guarnição.

— É impossível! As peças estão assentadas de modo que qualquer surtida será varrida à metralha!

— *Por que deixaram então que tomassem tal posição? Ignoravam isso?!* Mas não creio na impossibilidade senão diante do fato. No Paraguai os nossos soldados apoderaram-se de arti-

12. Em A Ditadura Militar no Brasil - 1890.

lharia em piores condições. — Sim, observou o Sr. Floriano Peixoto, — mas lá tínhamos em frente inimigos e aqui somos todos brasileiros.

Se eu pudesse manter ainda ilusões, elas se teriam dissipado ante essa frase."

(grifo nosso). (apud, SENNA - 1913, 86)

É ainda Ouro Preto, na mesma obra, que nos deixou assertivas daquele momento histórico que nos fazem ponderar sobre pensamentos expressados por Deodoro, que deixam transparecer possíveis dúvidas sobre suas reais intenções. Diz o visconde:

"....) Declarou [Deodoro] que o ministério estava deposito e que se organizaria outro de acordo com as indicações que iria levar ao Imperador.

.....
Quanto ao Imperador, concluiu, tem a minha dedicação; sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos" (apud, SENNA - 1913, 88).

Dúvidas ou não, a situação se precipitou. O capitão Mena Barreto, a esse tempo, adentra a cavalo até a Secretaria de Guerra e concita a todos os presentes postados nas janelas, civis e militares, a erguerem vivas à República. Lá fora esta expressão já era ouvida a todo instante.

Tivemos grandes narradores da

proclamação que afirmavam ter havido hesitação do futuro Marechal da República no momento crítico. É o caso de Ernesto Sena, que afirma:

"O general Deodoro, cuja bondade de coração e de patriotismo não pode ser posta em dúvida, apesar do compromisso tomado para a fundação do novo regime, parecia mostrar-se um tanto dúvida, ou por tibieza, ou movido por algum sentimento de íntima gratidão ao velho monarca brasileiro.

Irrequietos estavam os grandes batalhadores do estabelecimento da República. Constantes e entusiásticos eram cada vez mais os vivas erguidos à República e o general parecia vacilar, causando com isto certa estranheza na tropa e naqueles que, dedicados e convictos, ali se reuniram dispostos a sacrificar a própria vida em defesa do ideal republicano" (SENNA - 1913, 90).

Nada mais, contudo, importava, era irreversível, estava proclamada a República no Brasil.

1964 - COROLÁRIO DOS MOVIMENTOS MILITARES BRASILEIROS

A República brasileira é filha de uma ação militar. Esta colocação tornar-se-á tanto mais verdadei-

ra, quanto mais percorrermos a nossa História, a partir de 1889.

O golpe militar, que nos levou à mudança de regime, foi básico, visto que, pela primeira vez, os militares intervinham na vida política nacional, modificando-a radicalmente.

Deste evento iria surgir a idéia talvez consciente, talvez inconsciente, de que, sendo o novo regime um "filho" seu, por eles haveria de ser resguardado.

É este pensamento, altamente embebido de espírito positivista, que perdura no inconsciente coletivo da classe até os dias atuais, e que resultou nas diversas intervenções militares no período republicano.

Logo de início, tivemos o governo do marechal Deodoro marcado pela crise do "encilhamento".¹³ Nela residiu o cerne do problema que levou o presidente a incompatibilizar-se com a maioria parlamentar, culminando com a sua renúncia.

Cumpre lembrar que pesam sobre a eleição de Deodoro suspeitas de pressão militar a seu favor. Sua queda foi uma vitória dos federalistas contra ele, homem de tendência centralizadora.

O sucessor legal, que deveria ser provisório, viria a ser o Marechal de Ferro, Floriano Peixoto, que completou o período apoiado em forte ala militar, bem como nas oligarquias estaduais, que se haviam

positionado contra seu antecessor. Teve um mandato de força que gerou aplausos e revoltas, como a Revolução Federalista e a Revolta da Armada. Há que citar-se a desconfiança que existia nos meios republicanos, ainda novos no poder, contra a aristocrática força naval, espírito herdado do Império.

Foi, sem dúvida, Floriano o consolidador da República.

Com a sucessão presidencial que levou ao poder Prudente de Moraes, vai enfim estabelecer-se a lógica econômica da História. A oligarquia rural, a mesma que deixou a república vir, a mesma que isto impedira no período regencial, tudo ao sabor de seus interesses, finalmente no novo regime, tomava assento no poder, para exercê-lo, deixando à margem as Forças Armadas que tinham sido simples instrumento para a adoção republicana.

As oligarquias agrárias, alçadas ao poder, só conheciam o declínio a partir da Primeira Guerra Mundial. Durante todo esse período, os militares não tiveram atuação de expressão na vida política, muito embora tenham sido atravessadas algumas crises específicas como Canudos, a Revolta da Chibata e a dos Fuzileiros Navais e a do Contestado.

Com os anos vinte de nosso século, viria uma geração militar que iria contestar o que acontecia no Brasil. Esta juventude, os "tenentes", surgia juntamente com uma nova geração de literatos e artistas.

13. Crise financeira na gestão do Ministro da Fazenda, Rui Barbosa.

Ambas desejavam um país moderno, diferente daquele até ali existente. É a época da Semana de Arte Moderna de 1922, um movimento estético que buscava romper com eurocentrismo, revolucionando o domínio do belo, influindo na vida do país. É paralelamente que os “tenentes” buscam a modernização brasileira.

Qual seria o pensamento que animava estes jovens oficiais? O núcleo central de politização era a Escola Militar de Realengo. De lá fluía a idéia de que a República, instaurada pelos militares, não havia trazido ao Brasil os benefícios vislumbados por ocasião do golpe de 1889.

Descortinaram os “tenentes” o supremo domínio oligárquico e a ele se opuseram, assim como à cúpula do Exército, acusada de servir a esses interesses espúrios. Esta colocação era ainda consequência do pensamento comtista que dominava à época da Proclamação e gerava o profundo sentido messiânico da classe.

Quando observamos as características tenentistas, facilmente corroboramos o conceito anteriormente exposto: julgavam-se os verdadeiros agentes de uma recuperação nacional; acreditavam que caberia a uma elite a insurreição, pois o povo estava despreparado para a ação; seu conceito nacionalista era vago e limitado a genérica oposição ao capital estrangeiro e, por fim, entendiam como excessiva a autonomia federativa.

Os movimentos revolucionários tenentistas iriam acontecer a partir de 5 de agosto de 1922, com a revolução do Forte de Copacabana, onde desportariam figuras como a de Eduardo Gomes e Siqueira Campos.

Seguiu-se em São Paulo, exatamente dois anos após, a eclosão da revolução paulista do general Isidoro Dias Lopes. Este, como os demais movimentos tenentistas, opunha-se ao governo de forma apaixonada. Após início vitorioso, foram os rebeldes paulistas recalados para o interior, indo, já em 1925, unir-se a outra coluna revolucionária oriunda do Rio Grande do Sul. Dessa junção teve origem a Coluna Prestes — Miguel Costa, que iria percorrer o Brasil de 1925 a 1927, buscando, ao tempo que era perséguída pelas forças governamentais, conscientizar as populações rurais contra as oligarquias que as lesavam. Era ainda uma tentativa contra o “coronel da terra”, aquele mesmo que avançava no tempo, oriundo da Guarda Nacional de Diogo Feijó.

A Coluna terminou no exílio, com poucos frutos colhidos. O tenentismo dividir-se-ia em duas facções, pois foi em Buenos Aires que Prestes tomou contato com as teorias marxistas.¹⁴

Com o ano de 1929, o Brasil

14 Segundo o livro *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Farias, de Aspásia Camargo e Walder de Góes, na Coluna, Prestes não demonstrava a mínima postura marxista.*

sofreu com a crise econômica internacional, assim como o resto do mundo. Aqui a oligarquia cafeeira, que apoiava o presidente eleito Washington Luís, arruinava-se com sua superprodução sem compradores externos. Pediu ao governo que comprasse seus excedentes e este negou-se, já pressionado por oligarquias dissidentes e diferentes grupos sociais urbanos.

A definitiva cisão oligárquica deu-se com a ruptura da política café-com-leite.¹⁵ Forma-se a chamada Aliança Liberal (Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba) que perde a eleição presidencial. Estas derrotadas oligarquias dissidentes vão buscar os "tenentes" (marginalizados ou no exílio) para se constituir no braço armado da revolução de 1930. Os "tenentes", na busca do poder, na esperança jovem do Brasil melhor, unem-se à facção que até então combateram.

A chefia militar do movimento coube ao general Góes Monteiro, por deter a confiança dos gaúchos, e a chefia geral ficou com o poderoso estancieiro rio-grandense, Getúlio Vargas.

Vitoriosa a revolução, através de um golpe militar, foi formada uma Junta Pacificadora composta pelos generais Tasso Fragoso, Meia Barreto e o almirante Isaías Noronha. Com a chegada triunfante de Vargas e seus "tenentes" à capital, a Junta entregou-lhes o po-

der, segundo alguns historiadores a contragosto.

Nova era política, econômica e social se iniciava no Brasil. A ala nacionalista do tenentismo é reincorporada às Forças Armadas e passa a ter papel destacado no cenário político. Diz Cordeiro de Farias que Getúlio se apoiava nos "militares picolés"¹⁶ por julgá-los mais influenciáveis, com que o marechal concordava. Alguns "tenentes" tornaram-se intervenientes nos estados, como Juarez Távora, Cordeiro de Farias, João Alberto e outros.

Em 1932, a pequena classe média constitucionalista liberal se rebela em São Paulo, pois Vargas não providenciava uma Constituição e também não favorecia aquele estado.

Novamente vai ser acionada uma alavanca militar com liderança dos generais Isidoro Dias Lopes e Bertoldo Klinger. Esta revolução se constituiu um fracasso militar, mas obteve grandes dividendos políticos, visto que Vargas promoveu, em 1933, eleições para uma assembleia constituinte.

A outra facção tenentista, em 1935, sob a liderança do agora comunista Luiz Carlos Prestes, lança-se à tresloucada aventura da Inten-

15. Na qual se revezavam presidentes paulistas e mineiros.

16. Alcunha recebida pelo fato de terem sido reintegrados à força terrestre, ou seja "já virem prontos". Aos que assim os chamavam tribuíam com o título de "rabanetes", vermelhos por fora e branco por dentro, pois não participavam de nenhuma revolução. Tinham cursos regulares que os "picolés" não tinham.

tona Comunista, que foi sufocada, deixando seqüelas que mostraram outra face político-ideológica cres-

cente no país, utilizada, inclusive, por Vargas como bode expiatório na adoção do Estado Novo.

Trajeto da Coluna Prestes, com base no mapa traçado por Lourenço Moreira Lima.

Marcha da Coluna
Contramarcha da Coluna

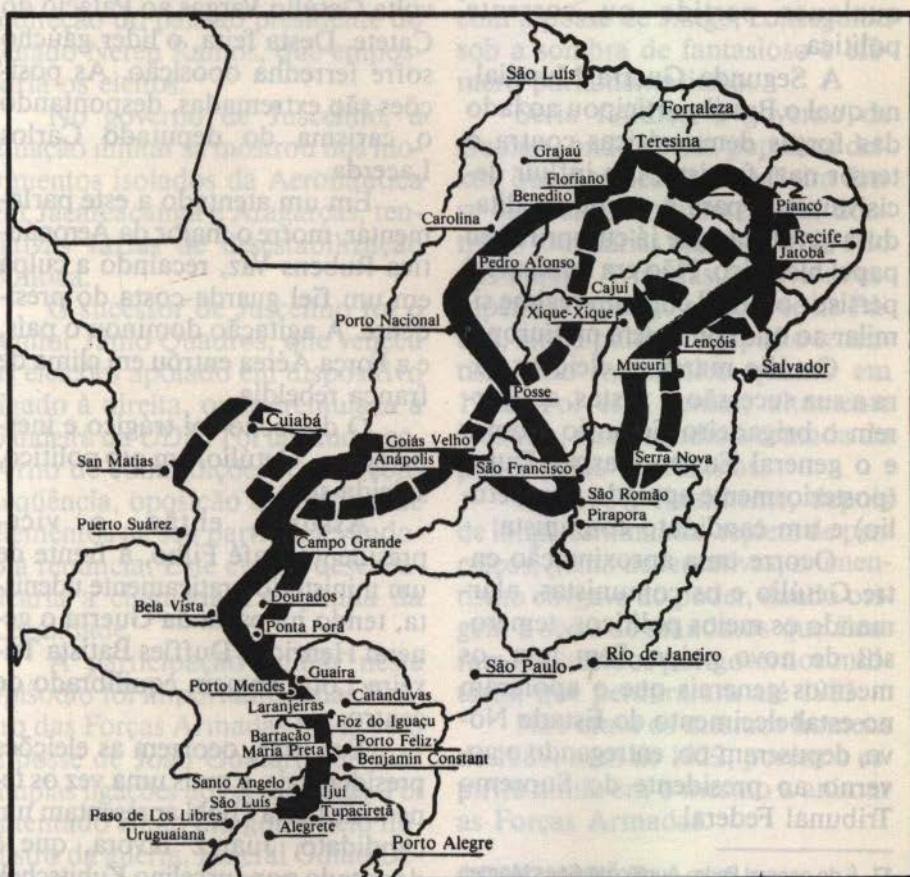


Fig. 6

Vargas que deveria deixar o poder em 1938, conforme estabelecia a Constituição de 1934, começa a articular com o general Góes Monteiro,¹⁷ chefe do Estado-Maior do Exército e com o seu ministro da guerra, Eurico Gaspar Dutra, para continuar no poder.

A trama urdida funcionou e Getúlio instala o Estado Novo, ditadura apoiada no poder dos dois generais, porém sem respaldo de qualquer partido ou corrente política.

A Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil participou ao lado das forças democráticas contra o terror nazi-fascista, iria influir decisivamente para a queda da ditadura getulista, que já cumprira seu papel histórico. Não era admissível persistir o Brasil com um regime similar ao que combatera na Europa.

Getúlio marca as eleições para a sua sucessão e, nestas, concorrem o brigadeiro Eduardo Gomes e o general Eurico Gaspar Dutra (posteriormente apoiado por Getúlio) e um candidato comunista.

Ocorre uma aproximação entre Getúlio e os comunistas, alarmando os meios políticos, temerosos de novo golpe. Sem luta, os mesmos generais que o apoiaram no estabelecimento do Estado Novo, depuseram-no, entregando o governo ao presidente do Supremo Tribunal Federal.

17. É do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, a frase que dizia: "Não se deve fazer política no Exército, deve-se fazer política do Exército."

A participação militar na política nacional era intensa, então. A União Democrática Nacional, partido antagetulista, passa a congregar os interesses tenentistas que ainda perduravam. Eduardo Gomes por duas vezes foi seu candidato presidencial, nas duas foi derrotado, esvaindo-se as oportunidades tenentistas de galgarem o poder pelas urnas.

Na segunda derrota udenista, volta Getúlio Vargas ao Palácio do Catete. Desta feita, o líder gaúcho sofre ferrenha oposição. As posições são extremadas, despotando o carisma do deputado Carlos Lacerda.

Em um atentado a este parlamentar, morre o major da Aeronáutica Rubens Vaz, recaindo a culpa em um fiel guarda-costa do presidente. A agitação dominou o país, e a Força Aérea entrou em clima de franca rebeldia.

O desfecho foi trágico e inesperado — Getúlio, em ato político, suicida-se.

Assume, então, o vice-presidente Café Filho, à frente de um ministério praticamente udenista, tendo na pasta da Guerra o general Henrique Duffles Batista Teixeira Lott, homem equilibrado de centro.

Em 1955, ocorrem as eleições presidenciais, e mais uma vez os tenentistas pela UDN apresentam um candidato, Juarez Távora, que é derrotado por Juscelino Kubitschek da aliança PSD-PTB.

A UDN prega abertamente o

golpe que impediria a posse dos eleitos, explorando a animosidade entre setores conservadores das Forças Armadas e o vice-presidente eleito João Goulart. Café Filho, por motivo de saúde, se afasta e entrega a Carlos Luz a presidência, e este esposa a idéia do golpe udenista.

Foi decisiva então a participação do general Lott, desencadeando um contragolpe preventivo, derrubando Carlos Luz e entregando a direção do país ao presidente do senado Nereu Ramos, que empossaria os eleitos.

No governo de Juscelino, a atuação militar se mostrou nos movimentos isolados da Aeronáutica em Jacareacanga e Aragarças, tentativas vazias de desestabilização política.

O sucessor de Juscelino foi o senhor Jânio Quadros, que venceu as eleições apoiado em dispositivo ligado à direita, onde tremulava a bandeira da UDN. Foi um curto governo de contradições, como consequência, oposição até mesmo de elementos de seu partido, levando-o à renúncia. Este evento desencadearia a chamada Campanha da Legalidade.

A participação militar neste episódio foi importantíssima. Dentro das Forças Armadas havia veto à posse de João Goulart por suas amplas ligações aos comunistas. Foi intentado então um golpe pelo ministro da guerra, general Odílio Denis, visando a impedir-lhe a posse. Houve reação entre os militares. Primeiramente da parte do mare-

chal Lott, legalista que acabou preso pelo ministro. Veio depois o apoio do comandante do então III Exército, em Porto Alegre, general José Machado Lopes à campanha desencadeada pelo oportunista governador gaúcho, em favor da obediência à Constituição e da garantia de posse do vice-eleito, seu cunhado.

Viu-se o Brasil às margens da guerra civil, mas esta se dissipou com a posse de Jango, conseguida sob a sombra de fantasioso e efêmero parlamentarismo.

Seria fatídico o governo de Goulart, onde a onda populista deixou que a sociedade brasileira fosse atacada literalmente pelas doutrinas totalitárias marxistas. No seio das Forças Armadas, que viam estupefatas o perigo acercar-se da Pátria, ainda pulsava o espírito tenentista, tão messiânico quanto em 1922. Foi este pensar, altamente idealista, que impediu a tomada do poder pelos comunistas.

Em 1964, finalmente, depois de longa caminhada, repleta de percalços, plena de tentativas, o tenentismo chegava ao poder, dando origem à série de mandatos que ficaram conhecidos por governos militares, que perduraram até 1985.

Não eram os mesmos homens de 1889, nem de 1922, porém o espírito ainda era o mesmo a animar as Forças Armadas.

CONCLUSÃO

Ao concluirmos nosso trabalho, após percorrer mais de um sé-

culo de nossa História, é inevitável voltar-se à asserção de que a vida política desta Nação esteve e está intimamente ligada aos rumos vividos pelas suas Forças Armadas, diria mais, ao espírito que pulsa em seu seio.

Ficou patente que, no Império, esta ligação já existia, porém dela os militares não haviam tomado consciência. Foram as forças militares usadas ao sabor dos interesses políticos eventuais.

A Guerra da Tríplice Aliança foi o despertar da consciência política dos homens de farda, colhido, dentro de uma límpida lógica, nos contatos com os vizinhos republicanos. O prolongamento dessa evolução deu-se através das questões militares, ou Questão Militar, como fica melhor para identificar incidentes vários que estavam revestidos do mesmo sentimento classista.

O magno momento desta caminhada inicial foi a Proclamação da República. O questionamento sobre terem sido ou não os militares usados (mais uma vez) pelos republicanos, torna-se irrelevante diante do "status" que as Forças Armadas adquiriram a partir do golpe de 1889.

O envolvimento que tiveram na campanha republicana, além das causas normalmente apresentadas, talvez não fosse possível, se não existisse dentro da caserna, naquela época, um imenso espírito academicista.

O longo período dentro dos

muros escolares, cercado de uma atmosfera humanista, criou um terreno propício a reflexões, onde se implantaram idéias como as positivistas.

Somos levados a observar que a interação dos inúmeros fatores citados no trabalho criou o clima necessário aos acontecimentos militares que se desenrolaram no último quartel do século XIX no Brasil.

O Império caminhava para seu fim dentro de um processo natural. O golpe de 15 de novembro simplesmente o antecipou. No entanto, não tememos afirmar, ao término de nossos estudos, que somente aquele ato poderia fechar o ciclo iniciado nas campanhas contra Solano Lopes, e estendido na Questão Militar.

Para a consecução da mudança de regime, foi primordial a participação de vários militares. Muitos, com justa razão, tiveram seu valor reconhecido, contudo outros foram olvidados pela História para ocupar o panteão republicano. Entre eles, devemos ressaltar o então capitão Adolfo da Fontoura Mena Barreto, o tenente Sebastião Bandeira e o alferes Joaquim Inácio Batista Cardoso, dentro de uma longa relação de homens que propagaram o ideal republicano na caserna, e que por fim o materializaram.

Cabe, nesta conclusão, ainda um posicionamento sobre três vultos grandiosos: Deodoro, Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Quanto aos dois primeiros há uma estéril discussão acerca de hierarquiza-

ção de valor de ambos para o evento. Não há supremacia de ninguém. Cada qual em seu setor teve inigualável valor.

Benjamin Constant foi o arquiteto do espírito militar revolucionário, que não bastava, pois faltava o inexcedível carisma do líder Deodoro da Fonseca. Se a Benjamin Constant foram atribuídas pelos parlamentares honrarias especiais, foi unicamente em retaliação ao centralismo de Deodoro, chefe de estado.

Quanto a Floriano Peixoto, muito é dito sobre sua adesão de última hora, querendo caracterizá-lo um oportunista, que não foi. Hoje é incontestável seu envolvimento consciente na trama republicana. Prova é sua convocação por Benjamin Constant para que assumisse a direção do movimento na quase ausência de Deodoro enfermo. Se isto não bastasse, os posteriores depoimentos do insuspeito Ouro Preto não deixam dúvidas a respeito, mormente por não terem sido contestados.

Cumpre finalizar, voltando ainda uma vez à ligação dos militares com o processo político brasileiro.

Uma mentalidade se formou nas Forças Armadas e passou a integrar definitivamente a estrutura das instituições militares. Quer por seu sentido de brasiliade, quer forçados pela mola propulsora da juventude, os militares do final do século XIX vestiram-se de um espírito messiânico que perdura até nos-

sos dias. Legado que foi da geração positivista, tem assumido diversos matizes e transmitido através dos tempos.

Verifica-se a presença marcante de homens como Tasso Fragoso e Hermes da Fonseca, jovens atuantes na proclamação e líderes nacionais em outros períodos. Assistimos os nomes de Cordeiro de Farias, Juarez Távora, Eduardo Gomes e mesmo do saltimbanco Luiz Carlos Prestes desfilarem pelos acontecimentos da história republicana por mais de meio século.

Logicamente, as raízes de 1889 vêm frutificando ao longo dos tempos.

Ontem, o tenentismo, tão positivista quanto a ideologia da Praia Vermelha de Benjamin Constant, ditou as regras de considerável facção política nacional. Hoje, os seus discípulos estão, da mesma forma, presentes no quadro político do país. Não é possível negar ligação daquele passado ao nosso presente. Homens como Ernesto Geisel, Mourão Filho, João Figueiredo, Golberi do Couto e Silva e tantos outros, foram criados em atmosfera castrense altamente impregnada de espírito tenentista e — o que é mais — positivista.

Esta ilação é que nos permite afirmar, convictos, a idéia primeira que norteou este trabalho: a Revolução de 1964, quando finalmente os militares assumiram a direção do Brasil, é o corolário de todas as participações político-militares brasileiras.



Fig. 7 — O então Tenente Sebastião Bandeira, General reformado;
Capitão Menna Barreto, Marechal reformado;
e Alferes Joaquim Ignácio, Coronel do Exército.

BIBLIOGRAFIA

1. ALMEIDA, Isnard Pereira de - 1978. *O Clube Militar de 1887 a 1978: resumo histórico dos 91 anos de existência*. Rio de Janeiro.
2. BELLO, José Maria - 1976. *História da República*. São Paulo, Cia Editora Nacional.
3. CORREIA, Leoncio - 1939. *A verdade histórica sobre o 15 de Novembro*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
4. EME - 1972. *História do Exército Brasileiro*. Brasília, Serviço Gráfico da Fundação IBGE.
5. FAGUNDES, Morivalde Calvet - 1987. "O Clube Militar e a Proclamação da República". In: *Revista do Clube Militar* 280, 45-46. Rio de Janeiro.
6. FARIA, Osvaldo Cordeiro de; CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder - 1981. *Meio Século de Combate: diálogo com Cordeiro de Faria*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
7. KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Fraye - 1984. *História do Brasil*. São Paulo, Atual Editora Ltda.
8. LACOMBE, Américo Jacobina - 1987. "O Clube como consequência da Questão Militar". In: *Revista do Clube Militar* 280, 8-9. Rio de Janeiro.
9. MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo - 1957. *Deodoro, a Espada Contra o Império*, Vols. I e II. São Paulo, Cia Editora Nacional.
10. MC CANN, Frank D. - 1982. *A Nação Ar-mada*. Trad de Silvio Rolim. Recife, Editora Guararapes Ltda.
11. MITCHELL, Gilberto de Medeiros - 1978. *O Clube Militar: síntese de sua história*. Rio de Janeiro.
12. MOREIRA, Antônio Ilha - 1947. *Proclamação e Fundação da República*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
13. MOURÃO FILHO, Olympio - 1978. *Memórias: A Verdade de Um Revolucionário*. Porto Alegre, L e PM Editores Ltda.
14. PEIXOTO, Silvio - 1939. *Floriano, Memórias e Documentos*. Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do Ministério da Educação.
15. PRADO JUNIOR, Caio - 1953. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Editora Brasiliense Ltda.
16. SENNA, Ernesto - 1913. *Deodoro, subsídios para a história - Notas de um repórter*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
17. SILVA, Francisco de Assis; BASTOS, Pedro Ivo de Assis - 1983. *História do Brasil*. São Paulo, Editora Moderna Ltda.
18. SILVA, Hélio - 1985. *O Poder Militar*. Porto Alegre, L e PM Editores Ltda.
19. Vários autores - 1927. *Deodoro 1827-1927*. Rio de Janeiro, A Encadernadora S.A.

FONTE PRIMÁRIAS

1. A República: coletânea, 1870-1874. Rio de Janeiro.
2. Clube Militar - Livro de Atas - 1887-1889. Museu do Clube Militar. Rio de Janeiro.
3. Diário de Notícias: coletânea, 1885-1889. Rio de Janeiro.
4. Jornal do Comércio: coletânea, 1827-1964. Rio de Janeiro.
5. O Imparcial: coletânea, 1912-1929. Rio de Janeiro.
6. O País: coletânea, 1884-1934. Rio de Janeiro.
7. Pactos de Sangue referentes à Proclamação da República, 1889, Museu do Clube Militar. Rio de Janeiro.



IVAN COSME DE OLIVEIRA PINHEIRO — *Maj de CAVALARIA QEMA, possui os cursos de AMAN (1972), EsCom (1975), EsAO (1981) e ECEME (1988). Bacharel em Administração de Empresas pelas Faculdades Unidas Católicas de Mato Grosso, MS, além de estágios de Orientação Educacional e Elaboração de Currículos do Centro de Estudos de Pessoal do Exército. Foi articulista de jornais em Mato Grosso do Sul, bem como agraciado em diversos concursos literários no país. Participou da elaboração de manuais de campanha publicados pelo Exército quando instrutor da Escola de Comunicações do Exército, onde compôs, ainda, a canção deste estabelecimento de ensino. É natural do Rio de Janeiro - RJ (18 Jun 50).*